



Solidariedade voluntária

Debate Estado social
José Miguel Pinto dos Santos

O Estado social desempenha uma importante função na nossa sociedade: que a pobreza material, originada por acidente ou doença, não seja motivo de privação e sofrimento que ponham em causa a dignidade humana. Para levar isto à prática são necessários recursos. Nada de mais natural que aqueles que foram beneficiados, por sua indústria e pela sorte, com mais altos rendimentos contribuam de boa vontade para este fim na medida das suas posses. A racionalidade desta redistribuição encontra-se no princípio que os economistas denominam de “utilidade marginal decrescente”: a utilidade que um pobre consegue de um euro adicional é superior à utilidade que um rico perde ao ficar com menos um euro.

“
Em Portugal, a redistribuição voluntária sempre foi praticada em larga escala



O sistema atual padece, no entanto, de uma fraqueza: não é voluntário. O seu caráter obrigatório, se por um lado aumenta a eficácia do sistema, ao assegurar que muito poucos ficam excluídos, por outro aumenta a ineficiência, porque muitos recursos são dissipados no processo de redistribuição. Outro problema é poder levar, em situações extremas, a ser percecionado como injusto e desincentivador do trabalho, do esforço e da criação de riqueza: “para quê trabalhar e arriscar se me levam tudo?”, podem pensar alguns. Ainda outro problema, que partilha com sistemas voluntários de redistribuição, é poder desincentivar alguns dos seus beneficiários a tomarem responsabilidade pelas suas próprias vidas.

Em Portugal, a redistribuição voluntária sempre foi praticada em larga escala, numa amplitude impensável em culturas de outros continentes, e mesmo raramente igualada noutros países europeus. Dela são testemunha crónicas antigas e a memória do povo. Duas vezes por semana, o arcebispo D. Bartolomeu dos Mártires distribuía esmola que, dizia-se, dava para semanas e de cada vez dava a mais de mil pessoas. Eram de ouro as moedas que D. João V distribuía a todos os que lhas rogavam nas suas audiências públicas, também bissemanais. E se estes exemplos sobressaem pela extravagância, estão longe de serem casos únicos. Excetuando casos raros de sovínice pública, também registados, todos os que podiam, de remediado para cima, davam a quem lhes pedia, fosse através das Misericórdias, fosse diretamente.

Felizmente que este sistema voluntário de solidariedade social sobreviveu à introdução do estatal. Renovado e institucionalizado, em Bancos Alimentares, Conferências de S. Vicente de Paulo, Cáritas, etc., acode aonde o outro não chega. Complementando-se um ao outro, seria um desastre se um deles viesse a falhar.

Professor de Finanças, **AESE**